

## **FORMAÇÃO DOCENTE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO PIEMONTE DA DIAMANTINA: DIVERSIDADES EM FOCO**

**Ana Lúcia Gomes da Silva**, [analucias12@gmail.com](mailto:analucias12@gmail.com)

**Taine Santos Pereira**, [taine.santos.pereira@gmail.com](mailto:taine.santos.pereira@gmail.com)

**Fernando Macedo da Silva**, [fernandomacedo4@outlook.com](mailto:fernandomacedo4@outlook.com)

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

**Agência Financiadora:** Universidade do Estado da Bahia -UNEB

**RESUMO:** O texto em tela apresenta resultado parcial da pesquisa intitulada “Profissão docente na educação básica do Piemonte da Diamantina: formação, contextos de diversidade e práticas pedagógicas”, o qual toma a profissão docente como objeto de estudo cujos objetivos são: investigar como as questões da educação sexual e do trato com a inclusão têm sido incorporadas e trabalhadas pelos docentes da Educação Básica, a fim de realizar a formação integral dos sujeitos numa perspectiva interdisciplinar. Ancorando-se na abordagem da pesquisa documental de natureza exploratória, a pesquisa utilizou como dispositivos o levantamento quantitativo nos relatórios de gestão, os questionários e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Os resultados parciais apresentaram indícios de que o trato com o ensino inclusivo e a sexualidade na Educação Básica vem demandando revestida vontade política das instituições envolvidas.

**Palavras-chave:** Profissão docente. Educação Básica. Diversidades.

## **TEACHER TRAINING IN THE IDAMETRIC TERRITORY OF DIAMANTIN: DIVERSITIES IN FOCUS**

**ABSTRACT:** The text on the screen presents a partial result of the project's research entitled "Teaching profession in the elementary school of Piemonte da Diamantina: formation, contexts of diversity and pedagogical practices. Which takes the teaching profession as object of study and aims to investigate how the subjects of sexuality education and behavior with inclusion have been incorporated and worked by the teachers of elementary school in order to realize the integral formation of the individuals in an interdisciplinary perspective. An anchoring of the exploratory research approach, the research used as devices the quantitative survey in the management reports, the questionnaires and analysis of the Political Projects Pedagogical (PPP). Seem signs that the treatment with inclusive education and sexuality in elementary school has been demanding the political will of the institutions involved.

**Keywords:** : Teaching profession. Elementary School. Diversities.

## Introdução

O estudo investigativo teve como objetivo central mapear nas escolas municipais o quantitativo de estudantes com necessidades educacionais especiais, identificando-as, além de traçar os perfis profissiográficos<sup>1</sup> dos docentes que atuam na Educação Básica dando ênfase à formação continuada acerca da inclusão e do trato com a sexualidade no Ensino Médio. Os dados desse artigo são resultados dos subprojetos de pesquisa que fazem parte do Projeto de pesquisa intitulado: “Profissão docente na educação básica do Piemonte da Diamantina: formação, contextos de diversidade e práticas pedagógicas”<sup>2</sup>, os quais têm como objeto de estudo a profissão docente na Educação Básica no território do Piemonte da Diamantina, tendo como recorte investigativo a cidade de Jacobina e como lócus as escolas da rede pública estadual e municipal, abordando neste recorte da pesquisa ações para a inclusão na rede municipal de ensino e o trato com a educação sexual na escola estadual.

Considerando a importância do professor no processo de ensino e de aprendizagem, elenca-se também a discussão sobre a formação desses profissionais fazendo reflexão do papel do professor na formação dos estudantes, não somente dos alunos com necessidades educacionais especiais, mas também dos

neurótipos, trazendo à luz a importância de convivência com a diversidade para um desenvolvimento integral de todos os alunos.

Já o estudo investigativo “Educação sexual na Educação Básica: formação em exercício, práticas pedagógicas em contextos de diversidades”, tem como objetivo central, estudar como as questões da educação sexual têm sido incorporadas e trabalhadas pelos docentes da Educação Básica. Mediante a realização dos ateliês de pesquisa com os docentes da escola estadual<sup>3</sup>. Objetiva-se problematizar junto aos professores/as e gestores/as da instituição parceira, práticas pedagógicas e formativas voltadas para educação sexual em contexto de diversidades, visando à elaboração coletiva de um “Documento referencial sobre educação sexual para educação Básica”, considerando as demandas dos estudantes e docentes para o trato da temática supracitada.

As temáticas apresentadas neste texto exigem dos todos /as nós docentes não só da Educação Básica, um fazer pedagógico que tome a diversidade numa perspectiva interdisciplinar, visando a formação integral dos sujeitos. A concepção de interdisciplinaridade que tomamos dialoga com os estudos de Fazenda (1979), ao sinalizar que a interdisciplinaridade traz consigo a marca do

<sup>1</sup>A nossa concepção de perfis profissiográficos é baseada na concepção de desenvolvimento profissional, já que nossa formação é um conjunto de processos que se dá ao longo da profissão, no coletivo e no âmbito pessoal. Na concepção de Monteiro (2007, p.239), “o desenvolvimento profissional é um processo e mesmo que se possam encontrar alguns padrões, não se pode deixar de verificar que alguns indivíduos não atingem a estabilidade da mesma forma que outros, ou que se desestabilizam mais facilmente”. Ressoa, pois, no que concebemos como perfis profissiográficos, por entender que não existe um perfil, já que a identidade profissional é forjada nos processos individuais e coletivos, mas sim perfis, formações distintas, experiências singulares, multiplicidade de referências que nos forma ao longo da vida e constitui nossa identidade profissional.

<sup>2</sup>Os resultados dos subprojetos de pesquisa apresentados neste artigo fazem parte do Edital 010/2016 do Programa de Iniciação Científica (PICIN) da Universidade do

Estado da Bahia (UNEB), e têm os estudantes Fernando Macedo da Silva e Taine Santos Pereira como bolsistas de Iniciação Científica [CNPq e FAPESB, respectivamente], e como Orientadora a Prof<sup>a</sup> Ana Lúcia Gomes da Silva.

<sup>3</sup>Ateliê de pesquisa se alicerça na compreensão de um espaço formativo em que se tece coletivamente, portanto, colaborativamente. É o lugar como espaço-tempo formativo auto formativo, cujo trabalho será produzido por pessoas/profissionais com vontade de criar e, onde se pode experimentar, manipular e produzir produtos resultantes da pesquisa como princípio educativo, cognitivo, formativo, colaborativo e de reflexão/avaliação constante sobre a prática pedagógica. Para aprofundamento consultar: (SILVA; FILHO, 2015, p.353)

viver, do pulsar em sua dimensão humana, pois é nela na vida que a atitude interdisciplinar se faz presente. Com esta atitude diante do conhecimento, temos condições de "substituir uma concepção fragmentada para a unitária do ser humano" (FAZENDA, 1979, p. 8).

De fato, uma abordagem interdisciplinar aponta a nossa posição epistêmica, metodológica e pedagógica diante do conhecimento, considerando a formação integral do sujeito com centralidade na escolarização do mesmo. Assim, a característica fundamental da atitude interdisciplinar "é a ousadia da busca, o arriscar-se", experimentar, ousar, realizar a pesquisa implicada e engajada. A escola e a nossa formação é e continua sendo disciplinar, portanto, o desafio posto é uma prática docente interdisciplinar sempre a nos interrogar e interrogar os currículos.

### **Itinerâncias metodológicas: método e dispositivos da pesquisa**

O método de pesquisa adotado em ambos os subprojetos fundamenta-se na análise documental, compreendendo que a pesquisa que recorre a análise documental a qual se utiliza de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias Gil (2002). Foram analisados na etapa um da pesquisa os principais documentos oficiais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Plano Municipal de Educação e o Projeto Político Pedagógico das escolas municipais do Ensino Fundamental e Ensino Médio), quanto à presença de deficiência física e intelectual dos estudantes, considerando as práticas inclusivas e a diversidade sexual. Num segundo momento foram realizados como dispositivo os Ateliês de pesquisa com professores e alunos da instituição parceira. Como sustentação teórica, dialogamos com Arroyo (2009), Mantoan (2004), Aranha (2005), Garcia (2013), Butler; (2003), André (2005), para refletirmos acerca do currículo, da inclusão, diversidade sexual, das práticas pedagógicas e da formação continuada. Como resultados parciais o estudo revela alguns desafios quanto a: lacuna da

formação continuada e ausência de dados sistematizados acerca do quadro docente da rede municipal.

### **Resultados emergentes do campo**

De acordo com questionário aplicado na Jornada Pedagógica de 2017 no qual foi interrogado acerca da necessidade de formação continuada em determinadas áreas, foi possível notar que os professores integrantes se mostraram dispostos a se qualificarem cada vez mais, pensando na realidade e qualidade do ensino ofertado. Diante dos temas expostos para serem escolhidos pelos docentes, tivemos uma demanda considerável no que se relaciona a educação especial tendo destaque os temas Educação inclusiva com 48,26%, Práticas curriculares inovadoras com 42,4%, que também se relaciona o tema inclusão já que essa realidade não é nova, mas somente a partir de 1990 o estado passou a responsabilizar-se pela inclusão dessas crianças nas classes regulares, o que demanda outro olhar para as práticas já em exercício.

Essa demanda não é contraditória, pois temos no município uma quantidade razoável de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas redes de ensino regular. Em 2017 temos o total de 139 alunos matriculados, contudo, importa salientar que a rede é equipada na área urbana com seis (06) salas de recursos multifuncionais (SRM) e dez professores para o atendimento educacional especializado (AEE), de maneira que a responsabilidade pela educação desses alunos se mantém na sala de aula de ensino regular, pois nas seis salas são atendidos 68 desses alunos, registrando dentre eles, nove (09) alunos com deficiência física, trinta (30) alunos com deficiência intelectual, quatro (04) com deficiência visual ou baixa visão, (11) onze com surdez, cinco (05) com deficiências múltiplas, (02) dois alunos com síndrome de *Heller* e sete (07) alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Essa situação demanda que os profissionais das classes regulares tenham mais

conhecimento e adaptabilidade para atender a todos os estudantes de forma igualitária e que forneça educação de qualidade a todos/as e cada um/a, para que os mesmos atinjam seu maior grau de conhecimento.

Neste contexto de inclusão observamos que o Plano Municipal de Educação (PME) estabelece em sua meta oito (08) formação especializada, contudo, estabelece que essa formação seja direcionada para os professores do AEE, excluindo os profissionais das salas de aulas regulares o que contradiz as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) que garante a inclusão na rede pública de ensino, ao mesmo passo que prejudica as ações de desenvolvimento do aprendizado igualmente de qualidade, necessitando então da garantia de formação mínima dos professores para a inclusão nas classes regulares, (Martins, 2012). Cabe, pois, ao Município dispor formação para todos/as os professores/as e não exclusivamente para aqueles que se dispõem a trabalhar nas salas de recursos multifuncionais, pois o convívio diário com esses alunos é de encargo dos/as professores/as do ensino regular, mantendo então uma necessidade de formação maior da parte deles.

No tocante à Diversidade Sexual obtivemos uma demanda razoável já que apenas 24,8 % apontaram para a necessidade de cursos de formação continuada nos estudos das relações de gênero e apenas 21,8% apontaram interesse na área de educação sexual. Essa demanda segue o que podemos observar nos documentos oficiais, pois no Plano Nacional de Educação não é encontrada nenhuma citação ou direcionamento voltado às questões de Sexualidades e gênero, o pouco que se encontra diz respeito apenas à diversidade, sem especificá-la ou quando especificadas deixa de fora as questões de sexo, sexualidades e gênero.

A meta sete (07) do Plano Nacional é o único momento do texto no qual podemos identificar registro das questões de diversidade sexual, ao garantir políticas de combate à

violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores/as para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual. Observa-se ainda que o PNE demonstra pouquíssima preocupação no trato com as questões das diversidades. O quadro torna-se ainda mais alarmante quando buscamos os registros quanto à diversidade sexual, pois há o apagamento e silenciamento do tema. Questões estas, que devem ser pensadas no currículo e fora dele, tais como as questões de sexualidade, afetividade, homofobia/transfobia, machismo e a luta feminista. Podemos dizer que isso se deve de certa forma à massiva pressão de movimentos da sociedade civil organizada de conservadores e fundamentalistas, que por meio de movimentos lutaram para que essas questões não fossem contempladas.

No Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia o cenário mantém certa semelhança com o Plano Nacional de Educação, quando se trata da diversidade. O foco é voltado ao respeito à diversidade e ao combate às formas de discriminação; não contempla as questões da sexualidade com a profundidade que seria necessária às demandas dos sujeitos, considerando suas diversidades humanas. Os pontos positivos do plano aparecem em seu item 2.16 quando propõe estimular que o respeito às diversidades seja objeto de tratamento transversal pelos professores, bem como pelas Instituições de Ensino Superior nos currículos de graduação, respeitando os Direitos Humanos e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância. No item 2.17 do referido documento, propõe-se estimular a criação de programas de formação de professores da Educação Básica, em todas as suas etapas, níveis e modalidades, que contribuam para uma cultura de respeito aos direitos humanos, visando ao enfrentamento do trabalho infantil, do racismo e de outras formas de discriminação, respeitando os direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância.

Observamos que o Plano Municipal de Educação do município de Jacobina-Bahia, segue os planos nacional e estadual quanto ao trato com a diversidade sexual e inclusão, não indo muito além, demonstrando pontualmente a luta contra a discriminação no trato com a diversidade, sem metas nem ações específicas para os temas. Há apenas uma aparição desta palavra no parágrafo X do artigo 2º quando propõe a promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. No que diz respeito aos dados obtidos na imersão em campo, com a pesquisa sobre educação sexual, aplicamos os questionários a estudantes do terceiro ano regular do ensino médio da instituição parceira. O questionário foi composto por seis questões que tratavam do perfil dos estudantes e uma que tratava dos temas que os mesmos consideraram como sendo mais ou menos importantes no trato da Educação Sexual. Foram respondidos 126 questionários do total de 149 estudantes matriculados no 3º ano do EM.

Neste texto trataremos apenas das questões que dizem respeito aos temas elencados como mais e menos importantes na temática da Educação Sexual por discentes e docentes. Entre os temas elencados como sendo mais importantes pelos discentes destacamos os seguintes: “Violência Sexual, aborto, prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis (DST), violência de gênero, gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, sexualidades (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade etc.) gênero e identidades de gênero, sexo e reprodução e sexo e prazer”. Entre os temas elencados como sendo menos importantes elencamos os seguintes: “Masturbação, mídia e erotização, namoro e ficar”.

Percebemos nas respostas a presença forte e marcante do livro didático e do currículo no trato com as questões da Educação Sexual, além de temas como gravidez na adolescência, métodos contraceptivos e prevenção e

tratamento das doenças sexuais. Estes temas são bastante explorados e recorrentes no cotidiano escolar quando se trata de abordar a educação sexual, portanto, nos aponta os desafios no trato da temática, haja vista que a sexualidade ainda diz respeito conforme nos aponta Butler (2003), que a intenção de atrelar sexualidade ao corpo é antiga e, portanto, recorrente, pois está calcada numa matriz conservadora e heterossexual de conceituação de gênero. O olhar biológico ainda aparece como centralidade nas questões da sexualidade, silenciando prazer, felicidade e qualidade de vida.

Observamos que ainda é percebida uma preocupação dos estudantes com a prevenção de doenças e gravidez, marcando a presença forte da concepção higienista. Hoje, “apesar da força das concepções médico-higienistas não ser mais a mesma dos séculos XIX e XX, de uma forma ou de outra, elas ainda se mantêm presentes nos espaços escolares como forma de “prevenir” as DST/AIDS e a chamada ‘gravidez precoce’”. (TONELI, 2012, p 153). Percebe-se também a presença de temas tabus, como “aborto, violência sexual e violência de gênero”, como sendo uma necessidade de debate no cotidiano da escola.

Tivemos como cenário da pesquisa para investigar acerca da inclusão, as escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental na área urbana da cidade de Jacobina. Assim, podemos observar na tabela a seguir, as disposições das escolas na cidade.

**Tabela 1- Escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental na área urbana da cidade de Jacobina.**

Zona	Número de escolas municipais	
	2016	2017
Sede	12	11
Rural	17	17
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>28</b>

Fonte: Plano Municipal de Educação/SEMEC adaptado por CARVALHO 2016 e SEMEC 2017.

Os dados obtidos pela análise do Plano Municipal de Educação 2015-2025 nos apresenta o seguinte cenário: em 2013 a cidade era composta por 46 unidades escolares, não diferenciando as escolas dos anexos, tendo 18 delas na sede e 28 nos distritos. Em 2016 havia 46 unidades escolas, sendo 29 escolas e 17 nos distritos, compondo a sede por 12 escolas e 17 na área rural. Em 2017 houve a redução de uma escola na sede do município, segundo o secretário de educação em reunião de alinhamento com o Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade (PPED) e os estudantes de graduação envolvidos no projeto de pesquisa de Iniciação Científica (IC)<sup>4</sup>, no dia 15/02/2017 na sede da Secretaria de Educação de Jacobina, o secretário prof. André Sampaio, justificou que a escola não possuía a estrutura necessária para continuar em funcionamento, instalando em seu local um Centro de Endemias. Esclareceu ainda que essa transferência não trará prejuízos para a educação desses alunos.

Dessas 11 escolas situadas na sede temos seis delas possuem salas de recursos multifuncionais com o atendimento educacional

especializado, essas serão o *locus* desse estudo, tendo em vista que as análises dos Projetos Políticos Pedagógicos irão ter enfoque no que se estrutura por inclusão na cidade e que essas escolas atendem aos alunos do município que necessitam do atendimento educacional especializado. Para atender a essas escolas temos o seguinte quantitativo de professores 412 professores segundo o PME no ensino fundamental na rede municipal, havendo um aumento no quadro de professores contratados para 617 (SEMEC, 2017).

Desse quantitativo temos 18 professores na rede que atendem nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), sendo 10 deles na sede e 08 na zona rural. Todos os docentes são graduados e com especialização em educação especial cumprindo as especificações do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial encontradas nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

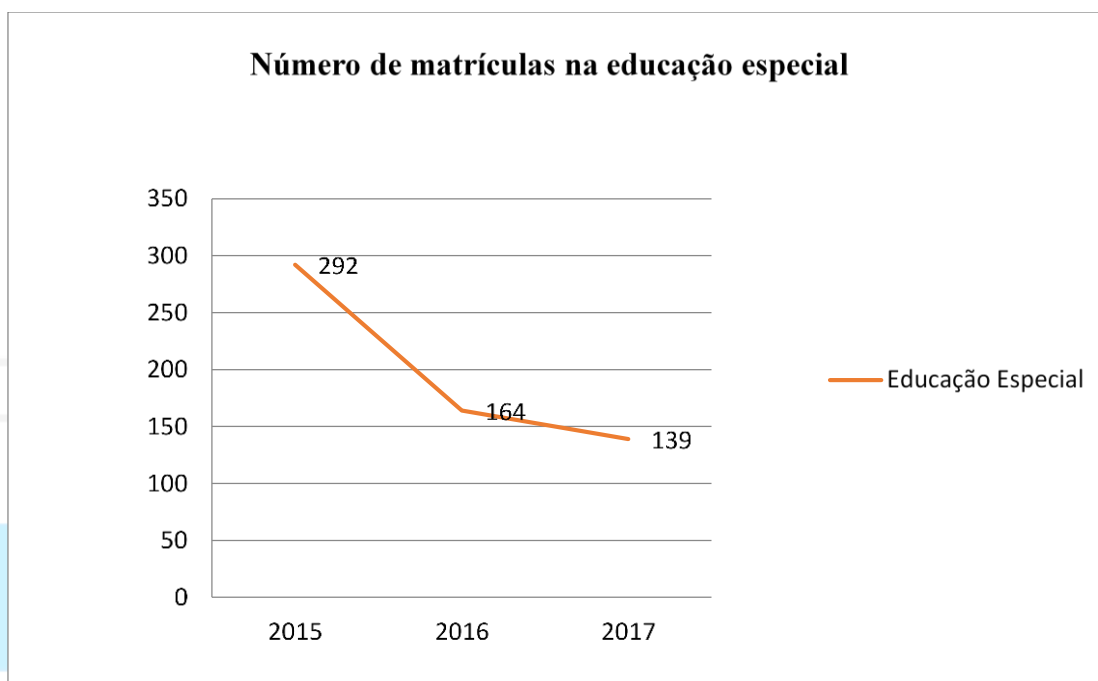
Os 10 (dez) professores citados atendem nas seguintes escolas Colégio Municipal

<sup>4</sup> Bolsistas de iniciação científica os estudantes de graduação, Taine Santos Pereira, Jobison dos Reis Bispo e Fernando Macedo da Silva.

Gilberto Dias de Miranda- COMUJA; Colégio Municipal Luís Alberto Dourado de Carvalho-Jacobina III; Escola Municipal Armando Xavier de Oliveira – Leader; Escola Municipal Carlos Gomes da Silva - Bananeira; Escola Municipal Beatriz G. M. de Freitas - Mundo Novo; Escola Municipal Núbia Maria Mangabeira Guerra –

Jacobina III. Em 2017 há 68 alunos matriculados na educação especial e que frequentam as SRM, cujo aumento foi de 03 (três) alunos em relação a 2016. Temos então no gráfico abaixo a comparação entre as matrículas iniciais de 2015 a 2017.

**Gráfico 1: Dado do Censo escolar quanto ao número de matrículas na educação especial.**



Fonte: Adaptado pela autora a partir dos dados da SEMEC (2017).

É possível visualizar a redução na quantidade de alunos matriculados, pois de 2016 para 2017 houve uma queda de 128 matrículas e uma redução de 25 alunos em 2017. As coordenadoras do Núcleo de Inclusão, professoras Camila dos Santos Ribeiro e Verena Mendes Teles, justificaram essa redução da seguinte forma: o censo escolar foi elaborado incluindo os alunos matriculados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e as escolas de ensino regular (inclusivo), contudo, os dados apresentados pela SEMEC à pesquisadora somente constam os alunos matriculados na rede municipal de ensino.

Dessa forma, na etapa da imersão em campo foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos das 06 (seis) escolas que têm as Salas de Recursos Multifuncionais, já que, nessas

seis salas é atendido todo o público alvo da inclusão das escolas municipais-sede. Os procedimentos de levantamentos de dados se deram por meio de pesquisa no Banco de Dissertações e Teses de CAPES para a construção do acervo teórico e revisão sistemática, além do levantamento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das seis escolas. Para elaboração e construção dos dados foram realizadas reuniões com o secretário de educação e imersão nas escolas para solicitação, diálogo com os gestores/as e acesso aos PPP.

Como instrumento para registrar esse contato com as escolas, a pesquisadora fez uso do diário de bordo, que é um caderno de anotações pessoais acerca dos encaminhamentos da pesquisa, conforme sinalizam (Araújo & Dolina, 2013), utilizando-o para realizar anotações da ida

a campo e reflexões advindas das observações e diálogos com os/as gestores/as. Para realização da análise de dados seguiu-se os princípios da pesquisa qualitativa descrevendo e analisando os dados obtidos e triangulando-os para a conclusão do estudo investigativo.

Seguindo os objetivos desse estudo, foi realizada a análise do Plano Municipal de Educação (PME), dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas que realizam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), sob o olhar da inclusão, que pode ser conceituado como o ensino ofertado de modo igualitário a todos os alunos, ensino esse de qualidade (MANOAN 2004; MENDES, 2006).

O PME da cidade de Jacobina tem validade de 2015/2025 sob o Projeto de Lei N° 018, de 23 de julho de 2015, contudo, o mesmo aponta que pode haver mudanças para atender as necessidades da educação municipal. Como modo de estruturação educacional o mesmo

prevê no artigo 2º incisos II - a universalização do atendimento escolar; e no inciso III-, desse mesmo artigo, a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Diante desse pressuposto o município se compromete a prever educação de qualidade a todos sem nenhuma forma de discriminação.

Especifica as necessidades da educação especial no ponto 2.3 Modalidades e desafios educacionais incluindo no primeiro subponto 2.3.1 Educação especial (p.72), reafirmando que legalmente a educação de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve se dar pela via inclusiva, respeitando as especificidades e garantindo o Atendimento Educacional Especializado. A rede municipal apresenta a seguinte tabela de crianças com deficiência.

**Tabela 2 - Atendimento Educacional Especializado na área urbana da rede municipal de Jacobina.**

<b>Tipo de deficiência</b>	<b>Número de alunos atendidos pelo AEE na área urbana</b>
Deficiência Física	09
Deficiência Intelectual	30
Deficiência visual ou baixa visão	04
Surdez	11
Deficiência Múltipla	05
Síndrome de Heller	02
Transtorno do espectro autista (TEA)	07
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Diante desta tabela a Secretaria de Educação apresenta ações para garantir a inclusão, dentre elas estão: a formação mensal dos professores que atendem nas Salas de Recursos Multifuncionais, Atividades Complementares com foco na inclusão e em concordância com o PME, disponibilização do AEE no turno oposto, oferecendo transporte público gratuito para essas crianças. As ações seguem o que o PME estipula. No que se refere

à formação profissional percebe-se que ambas seguem a mesma lacuna: a oferta de cursos de formação continuada de curta duração, o que segundo Martins (2015); Moura (2013) não são suficientes para garantir a formação necessária para a inclusão.

Cientes da importância dessa formação o PME garante a oferta dessa formação, contudo, explicita que deverão ser voltadas para os professores que atuam ou atuarão nas SRM,



excluindo os professores das salas regulares. Ação essa que dificulta o processo de inclusão, tendo em vista a lacuna existente na formação inicial no que se refere à diversidade.

Essa mesma lacuna encontrada no Plano segue nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas municipais analisadas. Foram visitadas as seis (06) escolas que realizam o AEE em

Jacobina e atendem aos 68 alunos da área urbana que necessitam do atendimento, salientando que os mesmo estão matriculados na rede regular de ensino. Dessa forma a escola deve estar estruturada para receber esse aluno diariamente. A seguir, tabela 3 com as escolas e o quantitativo de alunos atendidos em cada uma delas.

**Tabela 3 – Quantitativo do atendimento Educacional Especializado na área urbana da rede municipal de Jacobina em 2017.**

Unidade Urbana	Escola Rede Municipal Área	Número de alunos atendidos pela SRM 2017
1	Colégio Gilberto Dias de Miranda	14
2	Escola Municipal Armando Xavier de Oliveira (EMAXO)	23
3	Escola Carlos Gomes	10
4	Escola Beatriz Guerreiro	08
5	Escola Luís Alberto	05
6	Escola Núbia Mangabeira	08
<b>TOTAL</b>		<b>68</b>

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

Diante desta tabela fez-se a imersão em campo para realização do levantamento dos PPP das escolas. Contudo, somente três disponibilizaram cópia digital e uma permitiu a leitura do mesmo na escola. A escola Beatriz Guerreiro justificou que não entregaria o PPP porque não havia cópia impressa e a versão digital não foi encontrada, a escola Luís Alberto Mangabeira justificou que está em processo de reformulação curricular em conjunto com uma pesquisadora do Mestrado Profissional da Universidade do Estado da Bahia campus IV e que posteriormente iria refazer o PPP da escola em conformidade a essa nova proposta da escola.

Com quatro Projetos para analisar buscou-  
Revista Profissão Docente

se utilizar os parâmetros apresentados por (Veiga, 2002) que trata de cinco princípios: Igualdade, Qualidade, Gestão Democrática, Liberdade e Valorização do Magistério, considerando os mesmos essenciais para uma escola pública democrática e de qualidade. Ainda segundo Veiga (2002 p.1) “o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas”, um PPP deve aglomerar propostas em metas serem cumpridas em seu período de validação, sendo também adaptáveis as mudanças que possam vir ocorrer isso dá seu caráter de “projeto”, enquanto seu olhar para a escola e os alunos como cidadãos engloba sua parte “política” e é **pedagógico** por

estabelecer as ações pedagógicas a serem desenvolvidas na escola (SCAVONI 2016).

Diante desses pressupostos foi possível perceber diversas semelhanças na construção dos PPP analisados. No que se refere a igualdade, todas as escolas propõem uma educação igualitária, tendo como fundamento a educação de qualidade a todos os alunos indistintamente de suas dificuldades. Porém, houve algumas diferenças na escrita dos Projetos, o apagamento da educação especial na escrita dos mesmos ficou evidente em duas escolas: Colégio Municipal Gilberto Dias de Miranda - COMUJA e na Escola Municipal Armando Xavier de Oliveira-EMAXO, as metas de ambas prevêem a igualdade, contudo, suas metas não diferenciam ações específicas para a inclusão.

O PPP da Luís Alberto e da Escola Municipal Carlos Gomes estão pautados nos princípios de igualdade e respeito a todos os envolvidos no processo educacional, entre pais, alunos, professores, gestores e profissionais de apoio buscando em suas metas e organização curricular garantir além do ingresso, a permanência de todos os alunos, estabelecendo em suas metas ações exclusivas para a efetivação da educação inclusiva.

A qualidade do ensino a ser ofertado é o segundo ponto de análise e que qualifica o PPP. O COMUJA e o EMAXO, por exemplo, mantêm em sua estrutura o compromisso com a qualidade de ensino, porém, não propõem ações que incluam os alunos da educação especial, todas as ações são voltadas para o ensino regular.

Os princípios que regem a escola Luís Alberto giram em torno da qualidade da educação ofertada aos alunos da instituição. As metas apresentadas são pautadas no desenvolvimento dos alunos, considerando a realidade social dos estudantes, tentando adaptar-se ao público, inclusive aos alunos com NEE. Elabora metas específicas para a educação especial e afirma que visa garantir a qualidade do ensino desses alunos. A escola ainda aponta em seu PPP a deficiência da estrutura física da

escola, que contém rampas, mas que ainda precisa adaptar os demais ambientes para receber os alunos adequadamente.

A escola Carlos Gomes também estabelece metas específicas para a educação especial, sendo a única escola que descreve no corpo do texto a opção do AEE no contraturno escolar, salientando que esse é um atendimento que complementa a sala regular com o objetivo de propiciar maior autonomia aos alunos. Propõem ainda recursos pedagógicos e estruturais que permitam a plena participação dos alunos nas atividades da escola.

A gestão democrática se inicia na elaboração dos PPP por meio da participação dos pais, alunos, professores e direção, para que juntos possam pensar em uma escola melhor. O COMUJA e a Luís Alberto registram em seus PPP a aproximação entre pais/alunos/escola, contudo, na elaboração do Projeto os pais e alunos não participaram, fragilizando então desde a projeção das ações a relação entre escola e família, haja vista que nessa elaboração somente houve contribuições de professores e gestores.

O colégio Luís Alberto coloca a importância da participação de pais e alunos na elaboração das metas e ações a serem desenvolvidas na escola, contudo, chama atenção para a não resposta da comunidade ao chamado da escola, deixando a responsabilidade somente para a direção e professores.

Essa é uma atitude comum também na escola Armando Xavier que apesar de ter a assinatura de pais e alunos membros da comissão de elaboração do PPP, relata no corpo do documento as dificuldades de colaboração e trabalho em equipe nessa construção, tendo pouca expressividade das famílias, e que vem sendo organizadas estratégias para minimizar este aspecto.

A escola Carlos Gomes busca construir autonomia do profissional e do educando, baseado no livre-arbítrio de ação que exige de todos os envolvidos a constante atualização, a abertura e a humildade, e comprometimento de

todos para construção de uma escola igualitária, de qualidade e inclusiva.

O COMUJA reafirma o valor da autonomia que a legislação LDB/96 dá a escola e propõe a necessidade de trabalho colaborativo entre a comunidade escolar, visando pleno controle para elaborar e desenvolver projetos em conjunto com pais e alunos. O PPP do Luís Alberto além dos valores acima propostos, também deixa claro que esse não é um manual de instruções a ser seguido pelos professores, mas sim, um espaço para dialogar com o corpo docente e se flexibilizar de acordo com a demanda da escola e demonstrar aos professores que a abordagem da proposta objetiva situar o corpo docente quanto aos procedimentos essenciais pertinentes ao Projeto Político Pedagógico.

A Escola Municipal Armando Xavier de Oliveira utiliza da liberdade para consultar os pais, alunos e funcionários para realização do PPP dando um questionário para que eles possam dizer o que querem da escola de modo que a instituição possa construir projetos que atendam a necessidade da comunidade escolar.

Ressaltam que a importância da formação profissional está diretamente ligada à valorização do magistério, além de outros fatores que não trataremos neste texto, tais como condições de trabalho, formação em exercício, carreira etc. Todas as escolas demonstraram estar cientes da importância da formação dos professores para a efetivação da inclusão, contudo, somente o Luís Alberto traz dentro das metas para a educação especial a proposta de buscar “formação continuada para professores e demais membros da equipe escolar”. A Escola Municipal Armando Xavier de Oliveira retrata que os professores estão desatualizados e reafirma a importância da formação de professores e gestores para a diversidade, contudo, não estabelece metas de formação para os mesmos, mantendo as preocupações sem ações que as solucione.

A Escola Carlos Gomes elaborou um dos melhores PPP baseado na qualidade, igualdade e colaboração para efetivação do ensino de

qualidade a todos, contudo, não pauta na sua construção e na sua programação a formação docente, não prevendo cursos de formação em exercício para os professores, apesar de ter a colaboradora Ana Lúcia de Carvalho, mestre em educação, com estudo focado na inclusão na referida escola e que oferece curso de formação na área aos professores da escola.

Por fim, temos Projetos Políticos Pedagógicos desatualizados, com ressalva a Escola Carlos Gomes que o atualiza anualmente. As demais escolas tem seus projetos com datas anteriores ao ano 2016, fato este, que não condiz com as características básicas para um bom projeto, que estabeleça metas e compromissos para uma escola igualitária e de qualidade.

### **Considerações finais**

A inclusão não é uma utopia é um sistema de ensino que busca a igualdade, respeito e colaboração para que dessa forma se construa uma educação de qualidade social no ensino público. O que pode ser evidenciado no ensino na cidade de Jacobina-Bahia por meio dos documentos legais que balizam a educação é que a educação especial se estrutura pela via da integração entre ensino regular e o atendimento educacional especializado no contraturno.

Ao final do estudo investigativo foi possível constatar que a cidade de Jacobina-Bahia possui uma quantidade razoável de alunos matriculados na rede pública de ensino com necessidades educacionais especiais e que os mesmos recebem da gestão atendimento quanto as suas especificidades, contudo, reconhece que para que a inclusão seja efetiva não se pode separar o aluno da turma, embora ainda haja essa separação na rede. Esses alunos são matriculados ao mesmo tempo na classe regular e no Ensino Educacional Especializado que ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais com uma professora especialista em educação especial.

No tocante ao Plano Municipal de Educação/2015-2025 o mesmo propõe ações de melhoria na educação especial, mesmo que seja

por meio da integração desses alunos, compreendendo que o ensino inclusivo garante a todos os alunos a aprendizagem em classes regulares sem necessidade de apoio externo especializado. Contudo, o município até então propõe a integração desses alunos por meio do ensino regular e assistência na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) no trato com a inclusão está colocada puramente por obrigatoriedade, não trazendo na proposta colaboração entre ensino regular e atendimento educacional especializado (AEE) dando a ideia que são propostas de ensino distintas, ao passo que deveria se complementar na formação desses alunos.

Dessa forma, as escolas se encaminham para a inclusão por meio da integração, que se conceitua como o permeio do aluno entre a classe regular e a SRM. A Secretária de Educação do município contém um núcleo específico para a educação especial na perspectiva da inclusão. O mesmo é responsável pelas ações inclusivas na cidade, o que sinaliza como um indicativo da iniciativa do poder público quanto ao tema da inclusão, sua importância e significado na agenda da política pública municipal.

Quanto à diversidade sexual os documentos oficiais não reforçam a importância do tratamento das questões da Diversidade Sexual, essa aparece de forma pouco significativa e representada nos planos de educação. Os dados apontam ainda, que apenas uma parcela razoável dos professores da SEMEC possui interesse em cursos de formação continuada nas áreas de gênero e educação sexual. Os participantes da pesquisa reconhecem a necessidade do trato com as questões de sexo e sexualidade, embora, ainda estejam presentes concepções marcadas pelo currículo e pelo livro didático quando se trata de sexualidade, tendo a centralidade o olhar biologizante sobre os corpos dos sujeitos.

## Referências

ANDRÉ, M. E. D. *A etnografia na prática escolar*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002.

ARROYO, M. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, A. L. O. F. *Educação inclusiva e seus impactos nas práticas pedagógicas na rede municipal de Jacobina/BA: estudo colaborativo na escola professor Carlos Gomes da Silva*. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade)-Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas –DCH – IV, Jacobina, 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*/tradução de Ana Cristina Nasser. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* São Paulo: Loyola, 1979.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, p. 36-44, jul./set. 2004.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (Orgs). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*, Salvador: EDUFBA, 2012, 491 p.

MONTEIRO, F. M. A. Narrativas: estratégias investigo-formativas para a compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem profissional da docência. In: SOUZA, E. C.;

PASSEGI, M. C. (Org). *Pesquisa (auto)biográfica: cotidiano, imaginário e memória*. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 237-248.

TONELI, M. J. F. Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In JACÓ-VIVELA, A. M.; SATO, L. (orgs). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 147-157.

SILVA, A. L. G. *Profissão docente na educação básica do Piemonte da Diamantina: formação, contextos de diversidade e práticas pedagógicas*. UNEB, Jacobina, 2015. [ pesquisa em andamento nos estudos de pós-doutoramento e iniciação científica].

SCAVONI, M. P. P. *Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico: a escola em movimento*. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Est.Paulista Júlio De Mesquita Filho/Marília. São Paulo, 2016.

VEIGA, I. P. A. *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2002.